

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: 10 Estudos de S. Paulo Class.: 21

Data: 18/09/79 Pg.: 13

Centro Ecumênico de Documentação e Informação

- CEDI -

Encursat/SP - Av. Higienópolis, 983 - 01234

TERÇA-FEIRA, 18 DE SETEMBRO DE 1979

Área dos xocós pode ser transformada em reserva

Do correspondente em
ARACAJU

A Funai decidiu no último fim de semana intervir, como parte interessada na questão da ilha de São Pedro, no Baixo São Francisco, cuja posse é disputada na Justiça pela família do prefeito de Propriá, Antônio Guimarães Brito, e 150 caboclos descendentes dos índios xocós. Com a intervenção, a ilha de 250 hectares poderá ser transformada em reserva indígena.

Mesmo que isso não aconteça, os caboclos que ocuparam as terras há dez dias, não deverão sair de lá "nem à força", segundo afirmam. Eles alegam que as terras pertenceram aos seus antepassados, expulsos da região há 100 anos, e dizem que estão dispostos a morrer defendendo a posse da ilha.

Esta é a segunda vez que os caboclos ocupam a ilha, sede do antigo aldeamento dos xocós e território das missões dos frades franceses e italianos que atuaram no Baixo São Francisco, de 1673 a 1878, quando morreu o frei Doroteu de Loreto e os índios passaram a ser expulsos da região. Na primeira vez, em setembro do ano passado, eles saíram obedecendo à liminar de reintegração de posse, con-

cedida pela Justiça sergipana à família do prefeito de Propriá cujos antepassados, segundo os caboclos, expulsaram os xocós da ilha no século passado.

Depois de liminar, os caboclos passaram a disputar judicialmente a posse da área, contestando os documentos apresentados pela família Brito que, segundo eles, tinham sido obtidos ilegalmente. Os caboclos contudo não conseguiram êxito na demanda e, agora, desobedecendo ao mandado judicial, resolveram ocupar a ilha definitivamente. O prefeito pediu à juíza de Porto da Folha, Aparecida Gama, que mandasse retirar imediatamente os caboclos da área, mesmo que fosse preciso usar força policial. A Funai, no entanto, decidiu intervir na questão e o delegado Francisco Eudes de Araújo Lima, da 3ª Região, em Recife, foi enviado a Sergipe para entregar um documento à juíza, pedindo que não seja tomada qualquer decisão a respeito do processo sem citar, antes, o presidente da Fundação Ademar Ribeiro da Silva.

No documento entregue à juíza, a Funai pede também que seja revogada a liminar concedida à família Brito e lembra ainda que os caboclos que estão na ilha são os "tradicionais e ime-

moriais possuidores" daquelas terras e que "sofrem através dos tempos, perseguições e expulsões, sem contudo apesar de todas essas campanhas, terem abandonado completamente a ilha o que caracterizaria o seu intento de permanecer na terra legada pelos seus ancestrais".

Apesar disso, desconfiados e temerosos de algum ataque, os caboclos não descuram da vigilância nos principais pontos de acesso à ilha, situada a 100 metros da margem do Rio São Francisco, no município de Porto da Folha, e a 200 quilômetros de Aracaju. As trilhas que atravessam a caatinga que cobre a ilha, levando ao local onde eles estão abrigados, são vigiadas dia e noite. Assobios e gritos são utilizados como senhas pelos conhecidos que se aproximam. Eles não possuem armas, a não ser facas, facões e foices, e não sabem como se defenderiam de um ataque de um grupo equipado com armas de fogo. Mas afirmam que sua arma é "a união".

Os caboclos estão abrigados no centro da ilha, no interior de uma igreja do século passado, única construção que resta do tempo das missões franciscanas, e sob os tamarindeiros, quixabeiras e juazeiros que cir-

cundam a clareira onde se localiza o templo. Antes da acusação eles moravam no povoado de Calçara, à margem do São Francisco, em frente à ilha, entre a cerca da fazenda Belém, de propriedade da família Brito, e o rio Proibidos de pescar e caçar, e sem encontrar mais emprego nas plantações de arroz da fazenda Belém, os caboclos viviam, há mais de um ano, de contribuições da comunidade religiosa da região e da confecção de panelas e potes de barro, que as mulheres vendiam nas feiras a preços irrisórios.

A mudança para a ilha ainda não melhorou a situação dos caboclos, que enfrentam a falta de alimentos, o frio e as doenças. As crianças comem tamarindos assados, e os que sofrem de asma, sentem o agravamento da doença à noite, com o frio. Mas os caboclos estão decididos a plantar culturas de subsistência e já roçaram três hectares de caatinga. Eles têm esperança de que a Funai vai lhes garantir a posse da terra, para que possam inclusive obter financiamentos bancários. "Nossas camas são de tijolos ou no chão, e os travesseiros são pedras frias" - disse um dos líderes do grupo - mas a gente só sai daqui para o cemitério. Vamos sair do que é nosso?"